

# Devedor privilegiado

No final deste ano a dívida americana será tão volumosa, em valores absolutos, quanto a brasileira. Mas a composição relativa e as implicações políticas, econômicas e sociais desses 200 bilhões de dólares (100 bi para cada país) para cada um dos países devedores é bem diferente. Os Estados Unidos mantêm privilégios sequer sonhados pelo Brasil. Há muitas razões para que seja assim.

Amanhã, a missão do Fundo Monetário Internacional fará sua primeira incursão pelos corredores do poder no atual Governo. Formalizarse-á com esse gesto o reinício das negociações sobre a dívida externa, suspensas já no final do Governo passado e em compasso de espera quando o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, foi aos Estados Unidos.

A chegada da missão do Fundo coincide com um momento de certa perplexidade política no Governo. As greves estão deixando uma esteira de intranqüilidade — ou pelo menos de preocupação. O FMI e os bancos credores do Brasil acautelam-se contra essa encenação de crise que envolve uma traumática situação sócio-econômica. Na avaliação desse quadro há, atualmente, a certeza de que o Governo brasileiro ainda não conseguiu definir uma política uniforme sobre como renegociar a dívida, e, portanto, sobre como administrar a economia num reajuste prolongado de três, seis, 10 anos.

O FMI e os banqueiros reconhecem a dificuldade adicional com que se defronta o Governo. Além da transição política exacerbada pela crise econômica (e a descompressão das reivindicações sociais) há um calendário eleitoral fustigando sua ação. Primeiro, já este ano, as prefeituras das capitais, elemento chave na estabilidade das políticas dos governadores. Depois, a própria sucessão dos Estados conjugada com a formação e perfil da futura Assembléia Nacional Constituinte.

Mas os bancos e o Fundo salientam que o processo de ajustamento econômico não é incompatível com o processo democrático. Portanto, cabe ao Governo saber negociar com a sociedade e com a sua representação — o Congresso Nacional, coisa a que não estão acostumados nem os parlamentares, nem o Palácio do Planalto e nem a Esplanada dos Ministérios. Do que se está coletando, como não está conseguindo uniformizar a política econômica a ser seguida (entre o Congresso e o Executivo, entre as diferentes alas de ministério) o presidente Sarney está se sentindo atraído a impor uma orientação. Para não se sentir prisioneiro dessa ou daquela tendência. Sarney deverá ampliar, a partir de amanhã, suas bases de consulta. Não apenas ministeriais e parlamentares mas como outras indicações, inclusive da iniciativa privada.

Mas até que se chegue a uma vetação diferenciada seria interessante ver que, enquanto a dívida brasileira é formada por financiamentos de projetos megalômanos, choque do petróleo e explosão das taxas de juros (afora a má gestão mesmo da dívida), para os Estados Unidos, uma potência endividada, as razões são bem outras.

O endividamento dos EUA decorre da mudança no eixo de sua potência. A partir de 1971 os EUA deslocaram seu eixo de potência comercial para financeira. Com isso a economia americana foi perdendo garantias de estabilidade no produto físico e se submetendo ao fluxo de capitais estrangeiros. Estatísticas oficiais mostram que no ano passado os EUA receberam 10 bilhões de dólares enviados da Alemanha Federal e 5 bilhões de dólares da Inglaterra. Mas o maior emprestador, longe e disparado, foi o Japão, com 40 bilhões de dólares.

De acordo com o Banco Central do Estado de Nova York, se a economia americana continuar em seu curso atual até 1990, o endividamento dos Estados Unidos terá chegado a altura de 1 trilhão de dólares. Para evitar isso os Estados Unidos terão que realizar uma mudança substancial em sua estrutura industrial nesse período.

Mas mesmo que a dívida dos EUA chegue ao final deste ano ao mesmo valor absoluto da brasileira (o que acontecerá), as duas dívidas têm significado e significação diferentes. Os 100 bilhões de dólares representam uma coisa para os EUA e outra para o Brasil. Os 100 bilhões de dólares são 2,6% do produto nacional bruto americano e quase 40% do PNB brasileiro.

Esse dado tem uma diferencial adicional. Os EUA são devedores privilegiados. Eles tomam emprestado na moeda deles mesmo. A dívida deles não incha por variação nas taxas de câmbio como acontece com a parte da dívida da América Latina. Uma diferença que conta, e muito, é ainda o destino desse dinheiro. Os empréstimos para os Estados Unidos foram canalizados para a alta tecnologia e a re-industrialização de certos setores que haviam se tornado obsoletos.